

Eixo Temático ET-09-018 - Biologia Aplicada

## **CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATAS DO SISTEMA GURJAÚ EM PERNAMBUCO**

Marília Lacerda Barbosa Fragoso, Gilberto Gonçalves Rodrigues

Universidade Federal de Pernambuco.

### **RESUMO**

A Mata Atlântica é uma das maiores florestas pluviais tropicais do mundo e possui alto grau de endemismo, sendo assim um dos principais alvos de ações conservacionistas no Brasil. A criação de Unidades de Conservação (UC) é uma das estratégias utilizadas para garantir a conservação deste Bioma. Estudos etnobiológicos e etnoecológicos são importantes para entender as relações estabelecidas entre as populações e os ecossistemas. Devido a importância ecológica da Mata Atlântica, e a rica ocorrência da fauna silvestre em seus remanescentes, o presente estudo buscou caracterizar o uso e conhecimento dos agricultores inseridos no interior e no entorno da Reserva de Vida Silvestre (RVS) Gurjaú sobre a fauna local. Para isto foram aplicados questionários semi-estruturados e os dados obtidos tratados através da análise qualitativa, utilizando os índices de Valor de Local (IVL) e Valor de Uso (VU) para homens e mulheres. Os resultados obtidos demonstraram que os animais mais utilizados pelas comunidades de agricultores da RVS Gurjaú foram os mamíferos, sendo o Tatu (*Dasyus novemcinctus*) a espécie com o maior VU e maior IVL, seguido do lagarto Teju (*Tupinambis teguxim*) para mulheres e o teju (*Tupinambis teguixin*), paca (*Cuniculus paca*) e cutia (*Dasyprocta punctata*) para homens e revela estratégias norteadoras para a conservação das espécies pelas populações locais. A maioria das espécies citadas se encontra segundo a IUCN na categoria pouco preocupante, sendo somente o gato maracajá (*Leopardus wiedii*) como quase ameaçado.

**Palavras-chave:** Conservação; Etnozoologia; Fauna.

### **INTRODUÇÃO**

A Mata Atlântica é um dos biomas mais importantes e ameaçados que ocupa o estado de Pernambuco. É caracterizada como uma das maiores florestas pluviais tropicais do continente americano, possuindo aproximadamente 8.000 espécies endêmicas e estendendo-se desde a costa do Nordeste brasileiro até o leste paraguaio e nordeste da Argentina (TABARELLI et al. 2005). Segundo o autor, com a finalidade de conservar este e outros biomas no Brasil, que possuem extrema riqueza em sua biodiversidade, foram tomadas várias iniciativas conservacionistas emergentes de políticas públicas e de envolvimento em organizações não governamentais. A criação de áreas naturais protegidas, bem como a criação de Unidades de Conservação (UC), foi uma das consequências deste movimento.

Por meio da Lei nº 9.985/2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Segundo o SNUC as UC são divididas em duas categorias principais: (i) Uso Sustentável (US) e (ii) Proteção Integral (PI). As UC de US permitem o uso direto dos recursos naturais, no qual a variação na forma de exploração vai depender das categorias, sendo elas: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). As normativas (plano de manejo e acordo de gestão), assim como a formação do conselho gestor, que pode ser deliberativo ou consultivo, também influenciam na forma de utilização dos recursos.

As de PI possuem regras mais restritivas, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais, variando de acordo com as categorias, sendo elas: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONA) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS) (BRASIL, 2000).

Gonçalves (2012) comenta que historicamente as UC de PI apresentam potencialidade de gerar conflitos, principalmente relacionados ao uso dos recursos naturais existentes, assim como na desapropriação de áreas particulares para a criação de UC. O autor aponta ainda que, a não participação das comunidades existente na área e no entorno, sem levar em consideração a dinâmica já existente no local e com pouca participação popular na definição da área a ser protegida, é o principal fator na geração desses conflitos. Isto porque é proibida a permanência de moradores em UC de PI, mas a categoria Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituída por áreas particulares, desde que a utilização dos recursos naturais pelos proprietários esteja de acordo com os objetivos da UC (BRASIL, 2000).

O estudo do conhecimento das populações tradicionais pertence às etnociências, como a etnobiologia, etnoecologia, etnobotânica e etnozootologia, que partem da linguística e oralidade para estudar os saberes das populações humanas sobre os processos naturais tentando descobrir a lógica subjacente do conhecimento humano dos processos naturais (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

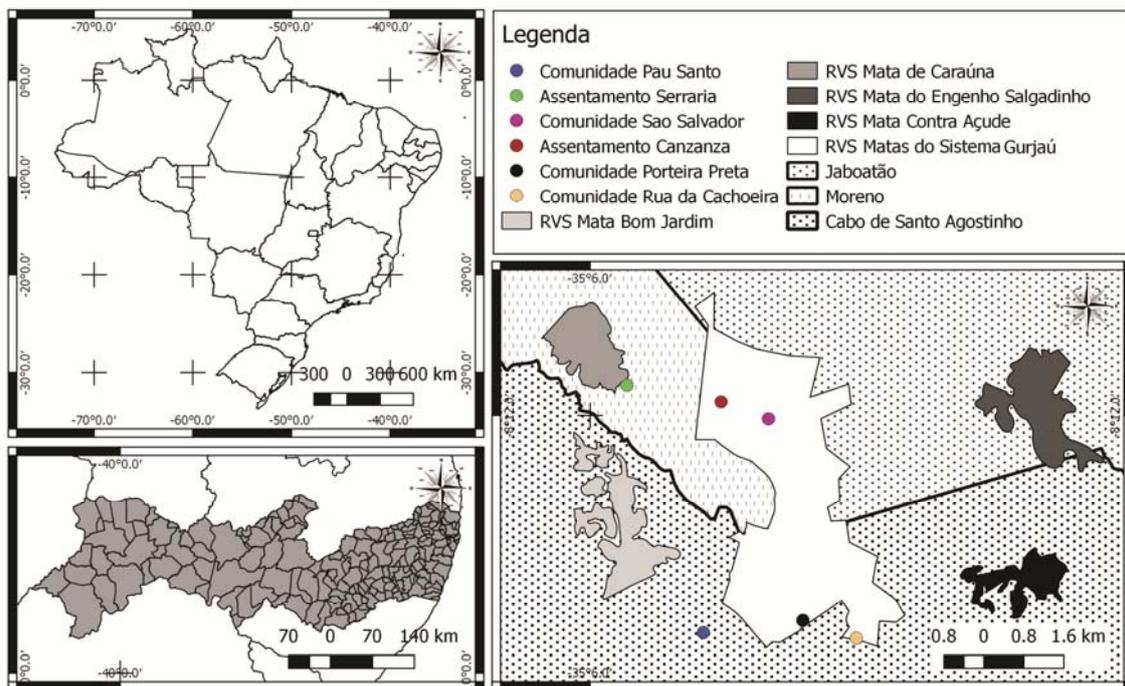
A existência de dados sobre o conhecimento e uso da fauna local da RVS Gurjaú permitiria o planejamento de medidas de manejo mais efetivas, que podem promover a gestão ambiental e a promoção de políticas que minimizem o uso dos recursos naturais que não sejam de subsistência e o/ou não tem caráter condizente com a conservação destes na RVS Gurjaú. O presente estudo buscou caracterizar a relação dos agricultores residentes na UC e seu entorno com a fauna local. Para isto tem como perguntas norteadoras: i) como se caracteriza os usos e o conhecimento tradicional sobre a fauna silvestre pelas populações da área de influência da RVS Gurjaú; ii) qual o status de conservação das espécies da fauna silvestre mais utilizadas na RVS Gurjaú.

## **METODOLOGIA**

As comunidades estudadas são formadas predominantemente por indivíduos que exercem atividades de agricultura familiar, com cultura agrícola de plantio de macaxeira, batata, banana, entre outros, incluindo o plantio de cana-de-açúcar. Alguns moradores também exercem funções nas usinas de cana e empresas estabelecidas no local. As comunidades visitadas foram: Pau santo, Serraria, Canzanza, São Salvador, Porteira Preta e Rua da Cachoeira.

A coleta de dados foi realizada no Refúgio de Vida Silvestre Gurjaú e seu entorno, que foi definida como Reserva Ecológica da Região Metropolitana do Recife através da Lei nº 9.989/1987 e categorizada como Refúgio de Vida Silvestre através da Lei nº 14.324/2011. Localizada na zona rural dos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Moreno, sob coordenadas 8°12'42,16" 35°03'44,46 (latitude e longitude).

A RVS Gurjaú está localizada na divisa entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho (com 587,92 ha), Jaboatão dos Guararapes (472,76 ha) e Moreno (280,04 ha) entre os engenhos: Salvador, São Braz, São João e Roças Velhas no litoral sul de Pernambuco (Figura 1). A RVS Gurjaú é gerida por um conselho consultivo estabelecido pela CPRH, que também é responsável pela gestão de outras quatro RVS localizadas na área de influência do Refúgio: na parte Sul, RVS Bom Jardim e RVS Contra Açude, RVS Caraúna na parte Norte e RVS Salgadinho na parte Leste.



**Figura 1.** Mapa da localização da Reserva de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú. Brasil; Pernambuco; Municípios: Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Cabo de Santo Agostinho.

A coleta de dados foi realizada através de visitas as comunidades no interior e entorno das Unidades de Conservação do grupo do Conselho Gestor da RVS Gurjaú. Durante a visita inicial foram identificados os informantes-chave, pessoas reconhecidas pela comunidade e que se identificam como conhecedoras do assunto abordado, ou seja, a fauna local. Em seguida, foram entrevistadas pessoas indicadas por estes informantes e também pessoas escolhidas de maneira aleatória para que a relação da comunidade com a fauna local fosse representada de maneira abrangente. Os dados foram obtidos através de entrevistas com a aplicação de questionários semiestruturados (HUNTINGTON, 2000). As entrevistas foram realizadas durante o mês de outubro e novembro de 2017, com uma visita diária em cada comunidade e participação nas reuniões do Conselho Gestor da RVS Gurjaú.

As comunidades visitadas foram: i) Pau Santo, localizado ao oeste dos refúgios, entre o RVS Gurjaú e o RVS Bom Jardim; ii) Assentamento Serraria, no município de Moreno, entre o RVS Caraúna e o RVS Gurjaú; iii) Canzanza, localizado ao norte, onde está parte do RVS Gurjaú e RVS Caraúna; iv) Comunidade São Salvador, na área da RVS Gurjaú, no município de Jaboatão; v) Comunidade Porteira Preta, localizada na área da RVS Gurjaú, município de Cabo de Santo Agostinho; e vi) Comunidade da Rua da Cachoeira. E também reuniões ordinárias realizadas pelo conselho gestor da RVS Gurjaú nas prefeituras de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho.

Com relação ao conhecimento e uso da fauna as informações foram obtidas através da metodologia de lista livre (ALBUQUERQUE et al. 2010), na qual os entrevistados são solicitados a citar os nomes dos animais que conhecem localmente, pois parte-se do princípio que os culturalmente mais importantes obterão mais citações e em ordem de importância semelhante. Para isso, foram formuladas as seguintes perguntas: (a) Se eles conhecem os animais existentes na RVS. Se a resposta fosse afirmativa, (b) quais os animais você conhece.

As espécies citadas pelos entrevistados foram transcritas para a nomenclatura científica com o auxílio de bibliografias e complementadas com a consulta a levantamentos e inventários de fauna. Para répteis e anfíbios foram consultados estudos realizados recentemente no local (e.g., BARBOSA e RODRIGUES, 2017). As informações foram organizadas através de

análises simples para se destacar os dados obtidos e classificar em categorias, contendo os usos, citações e a classificação da espécie presentes na lista da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN).

Para estimar o valor de uso para cada espécie foi elaborada uma lista contendo todas as espécies da fauna citadas pelos entrevistados e seus tipos de usos. Do número de citações de cada espécie foi calculado o índice de Valor de Uso (VU) (ALBUQUERQUE et al. 2006). O VU é calculado através da fórmula:  $VU = \Sigma U/n$ , onde o total de citações relacionadas ao uso para cada espécie (U) é dividido pelo total de entrevistados (n). O VU é utilizado para demonstrar a relativa importância dos usos de espécies que são conhecidas e utilizadas em um determinado grupo de pessoas localmente (PIEVE, 2009).

O Índice de Valor Local (IVL) foi utilizado para calcular o significado cultural das espécies da fauna encontradas na área. Este método foi desenvolvido para calcular índices quantitativos a partir de dados qualitativos. A fórmula para determinar o valor local entre homem e mulher é definida através da seguinte equação  $VT_x = \Sigma T_x/n_x$ , onde é calculado para cada táxon (T) o valor local das espécies atribuídas por Homens e Mulheres (x) dividido pelo número total de homens ou mulheres (ALMEIDA, 2011). Para avaliar se houve diferença significativa no Valor Local das espécies da fauna entre os gêneros, os resultados obtidos pelo valor local foram testados através do teste de normalidade Mann-Whitney.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram entrevistados 31 moradores, os entrevistados foram escolhidos sempre com idade acima de 18 anos, possuem entre 31 e 73 anos, sendo 11 mulheres e 20 homens, buscando manter um número representativo de aproximadamente seis entrevistados nas quatro localidades visitadas. Quanto ao nível de escolaridade, três possuem ensino superior completo, seis possuem o ensino médio completo e nos 22 restantes o perfil é de pessoas analfabetas funcionais. A maioria dos entrevistados (23) tem a principal renda e alimentação derivada da agricultura e monocultura de cana-de-açúcar e os que possuem outro emprego (8) são, geralmente, prestadores de serviços temporários às usinas de cana de açúcar da região e contratados da COMPESA. Os dados obtidos quanto ao perfil social das comunidades refletem um perfil de sociedade tradicional, que segundo Diegues e Arruda (2001) são caracterizadas pela ocupação do território ao decorrer de várias gerações, através de práticas de subsistência e reduzida acumulação de capital.

Das 355 citações feitas pelos entrevistados observou-se que as espécies pertencem a seis grupos zoológicos: mamíferos (41%), répteis (29%), aves (22%), anfíbios (7%), aracnídeos e peixes (1%) (Figura 2). Entre os grupos citados foram identificados 32 nomes populares diferentes para os mamíferos, 21 para os répteis, 31 para aves, sete para os anfíbios, dois para aracnídeos e apenas um para peixes.

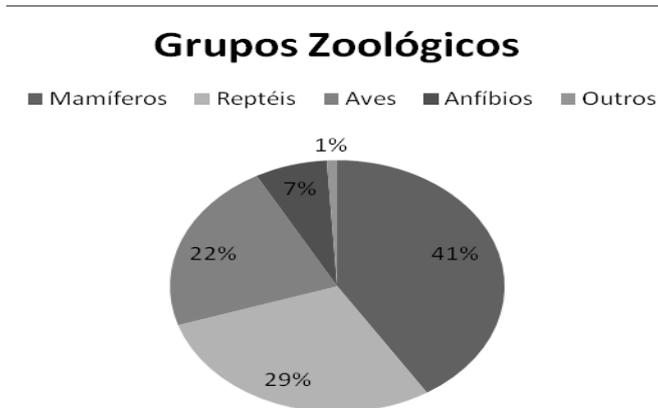
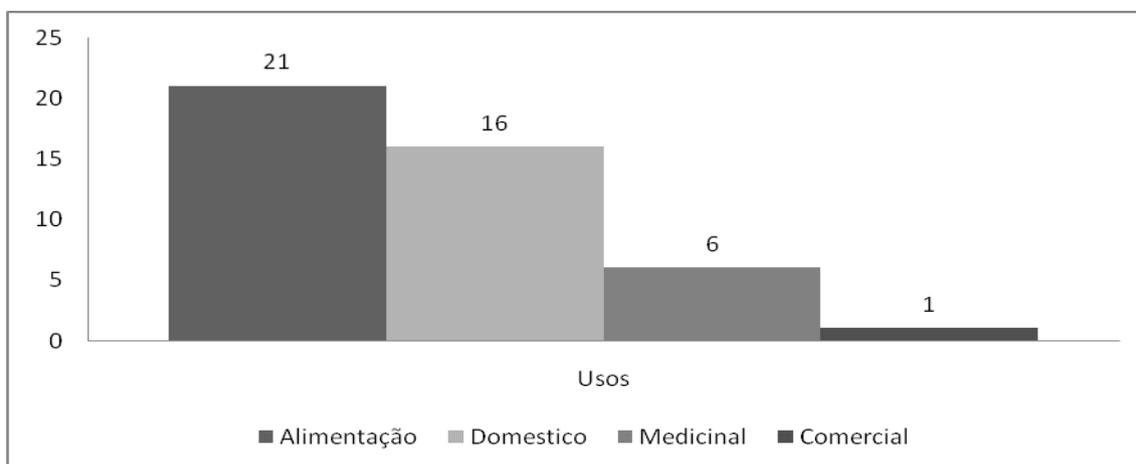


Figura 2. Porcentagem dos grupos zoológicos citados pelos entrevistados no entorno da RVS Gurjaú.

As espécies mais citadas pelos entrevistados foram as que tiveram algum uso associado, principalmente, as que possuem uso alimentício e doméstico. As dez espécies mais citadas foram: tatu (25), teju (23), cascavel (16), paca (13), cutia (11), capivara (11), gia (10), preá (8), canário (8) e sabiá (8). Quando questionados sobre a espécie mais utilizada pela comunidade, os entrevistados listaram as seguintes espécies: o tatu recebeu o maior número de citações relacionadas ao uso para alimentação (14), seguido do teju (7) com citações relacionadas também ao uso medicinal, quati (3), paca e cutia (2), capivara, jacaré e rolinha (1). E para o uso doméstico as espécies listadas foram: pássaros e papa capim, todos contendo uma citação.

A relação de uso da fauna silvestre pelos moradores se dá através do aspecto cultural, baixa renda e devido ao isolamento das comunidades. O difícil acesso aos centros para obter mantimentos e remédios torna a fauna silvestre uma alternativa alimentar e medicinal, estando uso alimentar, considerado por alguns moradores, como alternativa mais saudável, e o uso medicinal, praticado pela crença na cura de enfermidades a partir de partes desses animais. O uso de animais para fins alimentícios e medicinais também foi observado em outros trabalhos desenvolvidos no Nordeste. Alves et al. (2012) relatam que a população humana da área pesquisada interage com uma expressiva riqueza de vertebrados cinegéticos, seja pelo seu valor utilitário ou por relações de conflito.

Observou-se que os moradores percebem e citam mais as espécies que eles apresentam maior relação, utilitária ou emocional. Os resultados obtidos mostram que os animais vertebrados são mais citados que os invertebrados, esses dados corroboram com os encontrados por Alves et al. (2012), relatando que animais de grande porte e possuem uso utilitário, são facilmente percebidos no cotidiano das populações. As categorias de uso das espécies identificadas foram quatro no total (Figura 3): (i) alimentação, (ii) doméstico, (iii) medicinal e (iv) comercial. A categoria de maior representatividade foi a que corresponde ao uso para alimentação, com 21 citações das espécies de determinados grupos, com os seguintes nomes populares: répteis (Teju, Camaleão, Jacaré), anfíbios (Gia, Salamandra), mamíferos (Tatu, Tamanduá, Paca, Cutia, Preá, Capivara, Coelho, Raposa e Guará de cana) e aves (Codorna, Lambú e Rolinha).



**Figura 3.** Categorias de uso identificadas entre homens e mulheres entrevistados nas comunidades de agricultores do entorno do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú.

A segunda categoria foi a de uso doméstico, com 16 citações, com sua maioria sendo representada pelas aves, com onze citações (Passeriformes e Galliformes) e mamíferos com quatro espécies (Capivara, Coelho, Cutia e Saguí).

A terceira foi o uso medicinal, com apenas seis citações de usos relacionadas às espécies de nomes populares: teju (*Tupinambis teguixim*), sapo cururu (*Rhinella* sp), rã (*Ranidae*), cascavel (*Crotalus durissus*), quati (*Nasua nasua*) e tatu (*Dasypus novemcinctus*). Sendo que segundo o relato dos comunitários, a banha do teju é utilizada no

tratamento de dores e infecções da pele; a pata do sapo cururu obteve uma citação para o uso como cicatrizante em feridas na pele; a rã é utilizada para inflamação na garganta; o chá do osso do rabo do quati é utilizado para tratamento de disfunção erétil masculina; e a calda do tatu é utilizada no tratamento de rachaduras no pé. Os entrevistados informaram o uso medicinal da cascavel, mas não souberam exemplificar os tratamentos.

A última, a categoria de uso comercial, que obteve apenas uma citação atribuída ao canário, Passeriforme (*Sicalis flaveola*). Apesar de não obter nenhuma citação direta sobre o comércio do jacaré (*Caiman latirostris*), um dos entrevistados relatou que existe na comunidade de São Salvador o comércio desta espécie, listando que os preços vão de R\$ 30,00 reais o Kg da cauda e R\$ 20,00 reais o Kg das outras partes do animal.

O elevado número de citações para mamíferos demonstra a proximidade dos moradores com este grupo zoológico, isso se deve ao fato de por possuírem maior porte, possibilitando o retorno energético (ALVES et al. 2012). As espécies que apresentaram o maior Valor de Uso (VU) nas comunidades foram: tatu (0,48); teju (0,32); papa capim (0,19) quati e paca (0,16) cascavel, pássaros, papa capim e jacaré (0,13); preá, cutia, coelho e capivara (0,10). Essas espécies são relacionadas principalmente ao uso alimentício, com algumas espécies possuindo dois tipos de uso (doméstico/alimentício; doméstico/medicinal). Segundo a IUCN, o status de conservação da maioria das espécies relacionadas a algum tipo de uso é definido como “pouco preocupante”, com apenas uma espécie classificada como “quase ameaçada”, que foi o gato maracajá (*Leopardus wiedii*).

O IVL (Tabela 1) das espécies para homens e mulheres variou entre 0,06 e 3,83. As dez espécies de maior IVL para os homens foram, em ordem decrescente: tatu (3,83); capivara (1,83); teju, paca e cutia (1,61); raposa (1,28); cascavel (1,11); preguiça e preá (0,89); guará (0,83). Para as mulheres foram: tatu (2,88); teju (2,63); sagui, preguiça e paca (1,50); sabiá, cascavel e jacaré (1,25); capivara e cuandu (1,13). As espécies de menor valor local para homens foram: gia, canário, papa capim, juru guará, cobra d’água, cobra papa-ovo e siri de fogo (0,06). Para as mulheres foram: cobra, tatu-peba tamanduá e sapo cururu (0,13). A espécie de maior IVL tanto para os homens como para as mulheres foi o tatu, com 3,83 e 2,88. Através do teste de normalidade Mann-whitney verificou-se que as amostras apresentaram diferenças significativas entre os gêneros ( $p=0,0131$ ) ao nível de 5%.

**Tabela 1.** Índice de Valor Local para as dez espécies mais citadas por Homens e Mulheres das comunidades do entorno do Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú.

Nome popular	Mulheres	Homens
Tatu	<b>2,88</b>	<b>3,83</b>
Teju	2,63	1,61
Paca	1,50	1,61
Preguiça	1,50	0,89
Sagui	1,50	0,83
Cascavel	1,25	1,11
Jacaré	1,25	0,72
Sabiá	1,25	0,39
Capivara	1,13	1,83
Cuandu	1,13	0,17
Cutia	0,63	1,61
Preá	0,50	0,89
Guará	0,00	0,83
Raposa	0,00	1,28

Através da análise do Valor de Uso atribuído pelos moradores, entre as 10 espécies mais citadas, observou-se que o grupo com maior representatividade também foram os mamíferos. O tatu foi à espécie com mais citações e a que possui o maior VU, com 16 citações diretas relacionadas ao uso, e 31 no total de citações. Também possui o maior IVL tanto para os

homens quanto para as mulheres, isso pode ser explicado devido ao estabelecimento de relações com a natureza através do exercício da agricultura.

Com relação ao IVL atribuído as espécies pelos moradores, nas dez espécies de maior valor local, os mamíferos obtiveram a maior representatividade. As espécies com maior número de citação obtiveram geralmente o maior valor local. Os dados encontrados são semelhantes ao encontrado por Alves et al. (2012) que explicam a diferença entre os gêneros devido ao fato da caça ser uma atividade realizada por homens na maioria das sociedades.

O teju (*Tupinambis teguxim*) foi o réptil com mais citações relacionadas ao uso, com seis citações relacionadas ao uso alimentício e quatro relacionadas ao medicinal, que o caracteriza como o principal réptil da região. Resultado semelhante ao encontrado por Alves et al. (2012), que relacionam o uso ao porte, por ser a maior espécie de lagarto do semi-árido. O jacaré (*Caiman latirostris*) citado apenas quatro vezes para o uso alimentício e não possui nenhuma citação direta atual relacionada ao uso comercial, foi descrito como especiaria comercializada na comunidade de São Salvador. Alves et al. (2012) relatam que embora poucos trabalhos etnozoológicos mencionem o uso alimentício para jacaré, alguns demonstram que todas as espécies de jacarés são consumidas e que existe uma preferência alimentar das populações humanas por esse grupo.

Apesar da elevada abundância descrita por Barbosa e Rodrigues (2017) com um total de 2448 espécimes, distribuídos em 28 espécies em sete famílias para a RVS Gurjaú, os anuros só obtiveram 19 citações, divididos em seis nomes populares. Isto ocorre devido à uniformidade de sua morfologia básica que torna difícil a distinção entre famílias e gêneros, por apresentarem tegumento úmido que acaba despertando nojo e por serem temidos como animais venenosos. Os invertebrados citados são aranhas e escorpiões que normalmente aparem nas residências.

Das espécies utilizadas pela população e que foram possíveis traduzir da nomenclatura popular para a científica, 26 possuem o status de “pouco preocupante” segundo a IUCN. Espécies que possuem um elevado VU nessas comunidades, como o tatu, teju e quati, estão incluídas nessa categorização. O gato maracajá (*Leopardus wiedii*), apesar de possuir apenas uma citação de uso alimentício, foi o único classificado como espécie “quase ameaçada” (Quadro 1).

**Quadro 1.** Status de conservação das espécies (IUCN) relacionadas a algum tipo de uso. Legenda: PP - Pouco Preocupante; VU - Vulnerável; QA - Quase Ameaçada; X - Não identificada.

Grupo	Nome Popular	Nome científico	IUCN
Anfíbios	Gia	<i>Leptodactylus labyrinthicus</i> (Spix, 1824)	PP
	Rã	Anura	X
	Sapo Cururu	<i>Rhinella</i> spp(Linnaeus, 1758)	PP
	Salamandra	X	X
Aves	Biziu	<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	PP
	Canario	<i>Sicalis</i> SP	PP
	Canario da Terra	<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	PP
	Chorão	<i>Sporophila leucoptera</i> (Vieillot, 1817)	PP
	Galo de Campina	<i>Paroaria dominicana</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Guriatã de bananeira	<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Guriatã de coqueiro	<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Papa Capim	<i>Sporophila nigricollis</i> (Vieillot, 1823)	PP
	Pássaros	<i>Passeriformes</i> SP	X
	Sabiá	<i>Turdus</i> SP	X
	Sanhaçu	<i>Thraupis sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	PP
	Codorna	<i>Nothura boraquira</i> (Spix, 1825)	PP
	Lambu	<i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827)	PP
	Rolinha	ColumbinaSP	X

**Quadro 1.** Continuação.

Grupo	Nome Popular	Nome científico	IUCN
Mamíferos	Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> (Linnaeus, 1766)	PP
	Coelho	<i>Sylvilagus brasiliensis</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Cutia	<i>Dasyprocta punctata</i> (Gray, 1842)	PP
	Gato Maracajá	<i>Leopardus wiedii</i> (Schinz, 1821)	QA
	Paca	<i>Cuniculus paca</i> (Schinz, 1821)	PP
	Preá	<i>Cavia aperea</i> (Erxleben, 1777)	PP
	Quati	<i>Nasua nasua</i> (Linnaeus, 1766)	PP
	Raposa	<i>Cerdocyon thous</i> (Linnaeus, 1766)	PP
	Raposa de Gato	<i>Puma yagouaroundi</i> (Geoffroy, 1803)	PP
	Sagui	<i>Callithrix jacchus</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Tamanduá	<i>Tamandua tetradactyla</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Tatu	<i>Dasytus novemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Tatu Verdadeiro	<i>Dasytus novemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)	PP
Répteis	Camaleão	<i>Iguana iguana</i> (Linnaeus, 1758)	X
	Cascavel	<i>Crotalus durissus</i> (Linnaeus, 1758)	PP
	Jacaré	<i>Caiman latirostris</i> (Daudin, 1802)	PP
	Teju	<i>Tupinambis teguixin</i> (Linnaeus, 1758)	PP
X	Juru-Guará	X	X

## CONCLUSÕES

Esta pesquisa revela que o uso e conhecimento das espécies pelas comunidades de agricultores no entorno da RVS Gurjaú pode ser utilizado na criação de ações para a conservação local. Mostrando que ações de conscientização da população sobre a importância da fauna silvestre são necessárias para garantir a continuação das espécies existentes na RVS Gurjaú. Essas ações podem ser baseadas em atividades de educação ambiental com o ensino de práticas de manejo de fauna e o fortalecimento da comunicação entre instituições acadêmicas e governamentais com as populações inseridas em áreas de preservação, neste caso o RVS Gurjaú e adjacências. A criação do plano de manejo para a RVS Gurjaú deve levar em conta o contexto social e cultural dos moradores do entorno da área, exemplificados nessa pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Aos analistas do CPRH, Elaine Braz e Fábio Amorim, gestores da RVS Gurjaú, por todo o suporte durante a coleta de dados. Ao Conselho Gestor do RVS Gurjaú e a todos os agricultores que se dispuseram a participar desta pesquisa, cedendo um pouco do seu tempo e conhecimentos tão importantes. A todos do Laboratório ARRE Água/UFPE.

## REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica e etnoecológica**. Recife: NUPPEA, 2010.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R.F. P.; MONTEIRO, J.; FLORENTINO, A.T. N.; ALMEIDA, C. F. C. B. R. Evaluating two quantitative ethnobotanical techniques. **Ethnobotany Research & Applications**, v. 4, p. 51-60. 2006.

ALMEIDA, V. S. **Uso, manejo e estrutura da vegetação da caatinga por duas comunidades quilombolas do município de Jeremoabo, Bahia, Brasil**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011. (Dissertação de mestrado em Botânica).

ALVES, R. R. N.; GONÇALVES, M. B. R.; VIEIRA W. L. S. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido brasileiro. **Tropical Conservation Science**, v. 3, p. 394-416, 2012.

BARBOSA, G. G., RODRIGUES, G. G. Anuros em áreas com diferentes graus de ações antrópicas no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 10, n. 3, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

HUNTINGTON, H. P. Using traditional ecological knowledge in scienc: Methods and applications. **Ecol. Appl.**, v. 10, p. 1270-1275, 2000.

GONÇALVES, N. M. Percepção ambiental sobre unidades de conservação: os conflitos em torno do parque estadual de Itapetinga-SP. **Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, 2012.

TABARELLI, M., PINTO, L. P., SILVA, J. M. C., HIROTA, M. M., BEDÊ, L. C. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005.